



QUANDO A POBREZA TOMA CORPO: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE *O CORTIÇO*, DE ALUÍSIO AZEVEDO

Ryanne F. Monteiro **BAHIA**¹

Resumo: O objetivo geral desse trabalho é produzir uma leitura possível sobre a representação do pobre por meio do romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Questiona-se: De que forma o pobre surge sob a perspectiva Aluisiana? Que construtos simbólicos ela define e fortalece? Apresentamos de forma sucinta a filiação intelectual de Aluísio Azevedo: o naturalismo, assim como seu o campo de estudos. Traçamos um paralelo entre ficção e realidade, através da análise de *O cortiço*, e a comparação com o contexto histórico ao qual a obra se refere. Como pontos de sustentação teórica e material para a análise comparativa entre o discurso elaborado pela literatura e discurso produzido pela abordagem historiográfica, utilizamos a leitura de Marx sobre a inserção compulsória do pobre no sistema capitalista por meio da disciplina, e a abordagem de Nicolau Sevcenko e Sidney Chalhoub sobre a vivência da população pobre e o processo de favelização iniciado com a eclosão dos cortiços cariocas.

Palavras-chave: Pobreza. *O Cortiço*. Disciplina.

Introdução

A presença do outro, a convivência entre dominantes e dominados é presença constante em qualquer relação social. No caso da pobreza, essas relações de força, amiúde concorrem para a constituição de um quadro de segregação. Esse estudo tem como objetivo geral estudar as sociabilidades dos pobres no contexto da explosão demográfica, do processo de favelização, no caso do Rio de Janeiro, e a adaptação dos pobres a esse fenômeno. Em um primeiro momento, pensamos o pobre como sujeito a ser disciplinado para os intentos capitalistas. Na primeira parte, utilizamos Karl Marx como aporte teórico e na segunda parte dialogamos com Nicolau Sevcenko, buscando uma comparação entre a representação literária e o discurso historiográfico.

Considerações sobre o pobre na sociologia e na literatura

O pobre como transtorno social é algo documentado nos escritos dos cronistas

¹ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. É mestre em Sociologia pela mesma instituição, onde trabalhou com a representação do pobre na literatura brasileira.



dos últimos séculos. Nos processos-crimes, ou nas críticas ferozes das revistas que ditavam as normas de conduta “civilizadas” e de etiqueta, o que temos são relatos sobre a pobreza pelo viés dos atores sociais que se sentiam incomodados por ela. Contudo, é importante questionarmos: onde está a representação do pobre enquanto protagonista? Quem teria buscado mostrar o que é ser pobre, sentir-se pobre? Joel Rufino dos Santos (2004) nos dirá que a história tradicional, como instrumento que registra o passado, falhou na consecução deste desiderato. Isto porque os escritos concernentes à população carente se referiam ao pobre frequentemente como “o outro” indesejado. Rufino dos Santos (2000) alerta para o fato de a literatura ter sido um dos veículos mais eficientes na representação social do pobre, por “revelar” seu modo de vida, seus costumes, e dar “importância aos seus dilemas. Com efeito, observa-se em escritores como Aluísio Azevedo, que realizavam pesquisas inclusive “de campo”² para “dar mais vida aos seus personagens, sinais desta vertente.

Por isso, utilizamos como recurso metodológico, o que Robert Darnton (2006) nos propõe de o recurso da leitura: “Se pode ler um ritual ou uma cidade, da mesma maneira como se pode ler um conto popular ou um texto filosófico. O método de exegese pode variar, mas, em cada caso a leitura é feita em busca do significado.” (DARNTON, 2006, p. XVI) Nossa proposta é fazer uma leitura da obra *O Cortiço*, ambientado nas últimas décadas do século XIX em busca do significado da pobreza, bem como questionar o seu significado e observar como os pobres foram representados.

Naturalismo: o homem em sua naturalidade

Antes de adentrarmos na análise do romance, apresentaremos outro aspecto interessante da relação literatura e sociedade: a relação entre a escola naturalista. Conforme a abordagem naturalista, o homem é visto dentro de sua animalidade, sendo um produto do meio social no qual está inserido. No caso do *cortiço*, as personagens expostas a um ambiente hostil desenvolvem comportamento violento, bem como expõem sua sexualidade de forma aberta. O homem é dominado por seus instintos como bem revela o excerto a seguir: “Sentia-se naquela fermentação sanguínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da

² Pesquisa de campo aqui não expressa um conjunto de orientações antropológicas, estruturadas com rigor acadêmico, mas, passeios, conversas com os moradores, leitura de jornais etc.



vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra.” (AZEVEDO, 1995, p. 17).

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 1995, p. 27)

Durante sua narrativa, Aluísio de Azevedo (1995) compara o cortiço a um organismo vivo. E suas personagens, os moradores do cortiço são retratados pelo viés biológico e social, sendo estas duas esferas inseparáveis. Está explícita a visão do homem como espécie. E o próprio planejamento em relação ao cortiço se faz com base nesse parâmetro. Não por acaso, João Romão constrói o mínimo de latrinas, uso comunitário das pias etc. Não há conforto, há somente o suficiente para seres vivos sobreviverem, atenderem suas necessidades enquanto seres meramente biológicos.

Para melhor nos aproximarmos da visão do autor de *O Cortiço*, é preciso vislumbrar também o naturalismo francês de Émile Zola, maior influência de Azevedo. Na literatura e no teatro, o naturalismo adotou uma postura crítica focada nos problemas sociais. Para Zola (1995), principal expoente do naturalismo europeu, mesmo a escrita literária sob a óptica naturalista deveria por princípio adotar uma atitude científica, descrevendo problemas reais, tipos humanos reais através da ficção, assim como ele o faz em sua obra *Germinal*. Nesta obra, é evidente o caráter de denúncia contra a exploração de mineiros que sobrevivem em condições degradantes, e que por esse motivo trazem à tona sua animalidade em detrimento do humanismo. Para Émile Zola, “o autor tem de fazer personagens reais em um meio real, dar ao leitor um fragmento da vida humana”. O autor expõe sua postura, de certa forma positivista, ao destacar que para o naturalista “o senso do real é sentir a natureza e representá-la como ela é.” (ZOLA, 1995, p. 26).

O naturalismo segue a tendência de fazer dos romances um instrumento de luta contra valores, instituições, e o *status quo*. É frequente a crítica contra a hipocrisia, o casamento, a igreja e a burguesia. O objetivo era abandonar o caráter apenas lúdico, de entretenimento e fazer parte de uma “provocação” contra o poder opressor.



A inserção do pobre: da associação entre a pobreza e a marginalidade na obra O Cortiço

Sidney Chalhoub (1996), em sua obra mais clássica *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, trata sobre os cortiços cariocas, desde sua gênese até seu declínio; nela, há um tópico que se dedica ao estigma atribuído às classes de baixo poder aquisitivo, denominadas pelo poder público como “classes perigosas”.

O termo *classes perigosas* teria sido cunhado por Mary Carpenter, escritora inglesa de 1840, que o teria usado para designar os meninos de rua ou “infância culpada”, para ser fiel às palavras da autora. Em nosso país, o termo foi flexionado de forma bastante diferenciada do sentido original. Conforme Chalhoub (1996), a expressão foi encontrada em um importante debate da Câmara dos Deputados do Império após a abolição da escravatura, isso porque havia uma preocupação sobre o que fazer com a então mão-de-obra, não mais escrava. O que faria agora essa população até pouco tempo cativa? Como convencê-los ao trabalho?

M. A. Frégier escreve um livro influente no período de 1840, quando foi publicado, o qual se denominava *As classes perigosas da população nas grandes cidades*. Frégier tratou, na supracitada obra, sobre ladrões, pequenos golpistas e prostitutas que habitavam a antiga Paris. Para Chalhoub (1996), Frégier não soube separar a população meliante da população pobre. Por pensar de forma semelhante, nossos deputados daquela época fizeram da associação entre pobreza e marginalidade sua principal ferramenta “na guerra santa contra os vadios” (CHALHOUB, 1996, p.21).

O discurso político bradava que “a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte no conforto para o cidadão” (CHALHOUB, 1996, p.21). Deste ponto de vista, o pobre não poderia ser um bom cidadão, posto que, se vive em dificuldades e não tem conforto é por que não teria trabalhado ou poupado suficiente para isso.

De acordo com Chalhoub (1996), não se denotaria no discurso vigente das elites cariocas, diferenciação entre pobreza e marginalidade. O autor destaca que essa representação estigmatizada do pobre teria ocasionado erros históricos irreparáveis. “Assim é que a noção de que a pobreza do indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história desse país.” (CHALHOUB, 1996, p.23). Uma dessas consequências consistiria no tratamento



truculento que a ação policial teria reservado às comunidades carentes. Outra seria a potencialização do racismo, haja vista que a população até recentemente escrava, adensaria a população pobre e desocupada.

Da disciplina para o trabalho ao vagabundo como bandido em potencial

“Das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos” (AZEVEDO, 1995, p. 37). Azevedo descreve o despertar dos moradores, que apesar do sono devem acordar cedo para cumprir suas obrigações. Estas são divididas por gênero: as mulheres trabalham lavando roupas “para fora” e os homens trabalham em sua maioria na pedreira mais próxima. Os trabalhadores pobres são incumbidos de incorporarem a disciplina, e devem por isso acordar cedo, orquestrar seus movimentos para espantar os fantasmas da preguiça e da vagabundagem, tão nocivos à lógica do capital. Temos como exemplo da disciplina incorporada a mulher que vivia “maritalmente” com João Romão, Bertoleza, escrava supostamente alforriada³; que trabalhava de sol a sol, economizava em tudo que podia, era, em suma, um corpo que fora adestrado (desde os tempos de escravidão) ao trabalho duro, ao ritmo intenso de produção. Bertoleza é um exemplo claro de um corpo dócil na perspectiva foucaultiana.⁴

Outro personagem que no início da trama representava um exemplo categórico de um corpo disciplinado era o imigrante português Jerônimo. Não faltava ao trabalho, acordava cedo, coordenava os trabalhos dos companheiros e exercia sobre os mesmos intensa vigilância, como se expõe no trecho abaixo:

Comigo é que eles não faziam cera. Isso juro eu! Entendo que o empregado deve ser bem pago, ter sua comida à farta, o seu gole de vinho, mas que deve fazer serviço que se veja, ou então, rua! Rua, que não falta por aí quem queira ganhar dinheiro! Autorize-me a olhar por eles e verá! (AZEVEDO, 1995, p. 53)

O exame, como técnica de distinção entre os hábeis e os inaptos, foi habilmente

³ Bertoleza acreditou até as vésperas de sua morte que fora alforriada por seu amante, João Romão, quando, na realidade continuava a ser escrava.

⁴ É importante ressaltar que a disciplina, deve ser entendida como um padrão que se desejava impor, de adestramento do corpo ao trabalho continuado mesmo fora de instituições fechadas. Faz parte do contexto maior do desenvolvimento capitalista, da “educação para o trabalho”, que aliás encontra suas particularidades com o “jeitinho brasileiro”.



descrito por Aluísio Azevedo por meio do personagem Jerônimo.

Jerônimo, porém, era perseverante, observador e dotado de certa habilidade. Em poucos meses se apoderava do seu novo ofício e, de quebrador de pedra, passou logo a fazer paralelepípedos; e depois foi-se ajeitando com o prumo e com a esquadria e meteu-se a fazer lajedos; e finalmente, à força de dedicação pelo serviço, tornou-se tão bom quanto os melhores trabalhadores da pedreira e a ter salário igual ao deles. Dentro de dois anos, distinguia-se tanto entre os companheiros, que o patrão o converteu numa série de contra-mestre e elevou-lhe o ordenado a setenta mil réis. (AZEVEDO, 1995, p. 56)

O êxito da disciplina se sustentava pela tríade: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora, bem como em sua combinação em um procedimento específico da disciplina, o exame, o qual consistia em separar os bons funcionários, alunos, pacientes etc para que fosse possível recompensar os melhor adaptados e punir ou adequar os “incapazes”.⁵ O personagem Jerônimo incorporara a disciplina como algo positivo, um modo de proteger as vagas de empregos, daqueles que não estavam dispostos a “render no serviço”, isto é, trata-se de uma separação do lugar social dos indivíduos classificados em pobre laborioso ou vagabundo. “Ele (Jerônimo) não admitia relaxamentos, nem podia consentir que um preguiçoso se demorasse ali tomando o lugar de quem precisava ganhar o pão.” (AZEVEDO, 1995, p. 57)

Ao falarmos do capitalismo do século XIX, temos como palavras-chave a disciplina e com ela a subversão e até mesmo a violência daqueles que resistiam ao padrão dominante. Para os pobres daquela época, havia uma classificação binária: ou se era laborioso ou vagabundo. Aqueles sujeitos que trabalhavam somente quando era absolutamente necessário, quando estavam passando fome, eram considerados vagabundos, da mesma forma que aqueles que nunca se dedicavam a um emprego. Conforme a definição de Joel Rufino dos Santos (2004), o vagabundo é aquele incapaz de se submeter a um trabalho continuado. É essa também a perspectiva em *O Cortiço*.

⁵ A disciplina está sendo exposta conforme a definição Foucaultiana da mesma. A disciplina foi essencial para a fase inicial do capitalismo, no qual fora preciso adaptar os corpos dos camponeses a uma nova forma de trabalhar os movimentos, os horários, e executar tarefas em ritmo nunca antes determinado. “As disciplinas estabelecem uma infra-penalidade”, quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis, qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. (FOUCAULT, 1998, p. 149) Ressalta-se que esse processo ocorreu de forma diversa do caso europeu, dadas as particularidades do desenvolvimento histórico brasileiro.



Tal como informa Chalhoub (1999) não havia uma diferenciação entre o pobre, o vagabundo e o delinquente e por isso o pobre era sempre suspeito, alguém a ser vigiado.

Fica evidente um controle, muitas vezes seguido de coação. Em *O cortiço*, o dono da estalagem João Romão procurava não proibir os festejos de seus condôminos. Contudo, havia uma vigilância para que as folias e desavenças dos moradores não ultrapassassem os limites de uma sociabilidade relativamente amistosa para um cortiço.

Miranda, o vizinho do cortiço São Romão, ficava por vezes observando o que se passava no cortiço, uma vez que a forma como fora projetada a arquitetura do local permitia uma observação do que lá ocorria. Quando os hábitos dos moradores pobres do São Romão o incomodavam para além dos limites do aceitável, não hesitava em intervir:

“O Miranda apareceu furioso à janela [...]”
- “Vão gritar para o inferno, com um milhão de raios” berrou ele, ameaçando para baixo.
-Isso já é demais! “Se não se calam, vou daqui direto chamar a polícia”. Súcias de brutos!”(AZEVEDO, 1995 p. 70)

Resistência do vagabundo

Na sociedade moderna, percebemos a coexistência entre o sujeito altamente disciplinado, sempre pronto para render mais em suas funções sociais e o seu antípoda: o vadio. O vadio é compreendido como aquele sujeito que não exerce um ofício ou função constante.

Em *O Cortiço*, temos uma personagem central no que chamaríamos de rotas alternativas, ou de fuga contra a disciplina imposta: Rita Baiana. Esta foi descrita por suas companheiras de moradia e de ofício, da seguinte forma: “Aquela não endireita mais!...Cada vez fica mais assanhada!... Parece que tem fogo no rabo! Pode haver o serviço que houver, aparecendo pagode, vai tudo pro lado!”(AZEVEDO, 1995 p. 44) Rita não se caracteriza em uma das mais célebres construções da pobreza, a do pobre laborioso, aquele que deseja trabalhar, mas não consegue emprego.

Ainda assim não é má criatura... Tirante o defeito da vadiagem...
– Bom coração tem ela até demais, que não guarda um vintém pro dia de amanhã. Parece que o dinheiro lhe faz comichão no



corpo!

– Depois é que são elas” ... O João Romão já não lhe fia!

Pois olhe que a Rita lhe tem enchido bem as mãos; quando ela tem dinheiro é porque gasta mesmo! (AZEVEDO, 1995 p. 45.)

Rita Baiana, nunca introjetara o “espírito do capitalismo”, por assim dizer, jamais deixava de divertir-se ao invés de trabalhar. E sempre que recebia algum dinheiro, seja de algum amante, seja de algum serviço informal como a lavagem de roupas, gastava-lhe logo. A personagem só trabalhava quando estava sem condições materiais de sobrevivência. Por isso, o uso de suas forças seguiam um ritmo não orquestrado pela lógica produtivista da disciplina, mas pela vadiagem convicta. No trecho abaixo, temos uma amostra da percepção que os moradores do cortiço tinham a respeito de Rita Baiana: “- A Rita Baiana? Sei lá! Faz amanhã oito dias que ela arribou! A Leocádia explicou logo que a mulata estava com certeza de pândega com o Firmo. “(AZEVEDO, 1995, p. 44).

Entre as práticas que modificam os códigos e normas da classe dominante, produzindo outro modo de fazer, de falar, consumir etc, constituindo o que Certeau (2011) denominou de resistência moral, há uma economia do “dom”, onde a generosidade faz um contraponto à lógica acumulativa, produtivista e individualista.

Do mesmo modo, a perda que era voluntária em uma economia do dom se transforma em transgressão na economia do lucro: aparece aí como excesso (desperdício), contestação (a rejeição do lucro) ou delito (atentado contra propriedade). (CERTEAU, 2011, p. 84).

Diferentemente do pobre, que para Rufino dos Santos (2000) “se vira” através de empregos informais, ou atividades esporádicas quando não possui emprego fixo, o miserável é conceituado como o indivíduo que não é capaz de suprir suas necessidades por meio de seu trabalho, vivendo assim da caridade alheia ou do auxílio governamental. Dada a ausência de um Estado que investisse em assistência, o socorro possível vinha da sociedade civil. Em O Cortiço observamos o exemplo de Libório: “Um tipão, o velho Libório! Ocupava o pior canto do cortiço e andava sempre a fariscar os sobejos alheios, filando aqui, filando ali, pedindo a um e outro, como um mendigo, chorando misérias eternamente [...]” (AZEVEDO, 1995, p. 71).



O vadio e “o Capoeira” (Os Carapicus e Cabeças de gato)

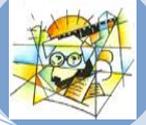
Durante esse capítulo, nossa intenção consiste na reflexão referente à associação entre pobreza e marginalidade, e a esses dois itens encontramos muitos construtos simbólicos. Guiados pela narrativa literária de Azevedo, passeamos por uma estrutura social que deixou vestígios por meio dos mais variados documentos e textos historiográficos, tais como o de Luiz Sergio Dias (2001) intitulado *Quem tem medo da capoeira?* Na obra em lide, o autor produz um recorte temporal que compreende de 1890, período em que foi publicado *O Cortiço*, até 1904. A obra de Dias (2001) dialoga diretamente com os personagens da ficção azevediana, e esse aspecto que exploraremos a seguir.

O capítulo primeiro de Dias (2001) denomina-se *De Carapicus e Cabeças-de-Gato*⁶, fazendo alusão aos personagens Firmo e Porfírio. “Carapicus e Cabeças de gato, a princípio, levaram à identificação com maltas de capoeiras e, em certo sentido, com as duas grandes nações, nagoas e guaiamus, que congregavam maltas de capoeiras na capital.” (DIAS, 2001, p. 18). “Os capoeiras” eram grupos relativamente bem organizados, e personagens constantes da urbanidade carioca, geralmente descritos como sujeitos dissociados da disciplina para o trabalho e valentões. Em suma, uma ameaça à ordem pública, por serem supostamente afeitos a conflitos em plena rua (a capoeira percebida como luta) e avessos ao adestramento do corpo em prol do trabalho. Nesse sentido, o capoeira seguia uma lógica destoante do capitalismo e da sociedade disciplinar, uma vez que a energia que deveria ser empregada no ofício remunerado estava sendo “desperdiçada” em uma atividade não lucrativa.

Através da leitura de relatórios produzidos pelos Chefes de Polícia da Corte, relatórios dos Ministros da Justiça, o historiador Luis Sergio Dias (2001) percebeu que a capoeiragem abrigava um grupo complexo e heterogêneo:

Não podendo ser analisada apenas como movimento exclusivamente de resistência negra [...] inclusive pelo fato de as maltas ou capoeiras isoladamente agredirem-se indiscriminadamente negros, mulatos, escravos livres; além de ser relevante a circunstância de que eram comuns os choques entre maltas, e mais seriamente, envolvendo as duas grandes

⁶ Nome dado no romance aos dois cortiços rivais. Carapicus eram chamados os moradores do cortiço São Romão, e Cabeças de gato, os moradores do cortiço vizinho, não identificado pelo nome formal.



nações nagoa e guaiamu. (DIAS, 2001, p. 19)

Observemos a homologia entre a ficção e a realidade no texto literário abaixo:

No melhor da luta, ouviu-se na rua um coro de vozes que se aproximava das bandas do Cabeça de Gato. Era o canto de guerra dos capoeiras do outro cortiço, que vinham dar batalha aos Carapicus, para vingar com sangue a morte de Firmo, seu chefe malta. (AZEVEDO, 1995. p. 178)

Em O Cortiço, está exposta situação semelhante retratada por Dias (2001). Uma vez que a população pobre convivia em um espaço comum no qual habitavam imigrantes portugueses, nordestinos e negros livres, era comum que ocorresse em alguma circunstância, conflitos por questões culturais ou desavenças corriqueiras que emergiam independentemente da etnia de cada grupo, como, por exemplo, as rugas por disputa pelo parceiro amoroso. Fora esse o caso das personagens Firmo, mulato praticante da capoeira e Jerônimo, imigrante português, que disputavam a navalhada, o amor de Rita Baiana.

Em O cortiço, a palavra capoeira tornou-se adjetivo. Era usada para classificar o sujeito que não apenas praticava capoeira, mas que impunha temor aos demais, cuja intrepidez estava sempre acompanhada de uma navalha no bolso e da disposição para usá-la. Em O Cortiço, há episódios que alicerçam a visão destemida do capoeira, tal como a luta entre Jerônimo e Firmo, na qual, ao final, surge a arma branca. “E então o mulato, com o rosto banhado de sangue, refilando as presas e espumando de cólera, erguera o braço direito onde se viu cintilar a lâmina de uma navalha”. (AZEVEDO, 1995. p. 121) Essa imagem que se popularizou, “do capoeira”, durante o final dos oitocentos, que aparece na obra de Azevedo, traz correspondência histórica verificada em autores como: Caio Prado Jr (1957), Luiz Sergio Dias (2001) e CHALHOUB(1996). É o que vemos no discurso proferido na Câmara dos Deputados, em setembro de 1887:

(...) Não há hoje desordeiro, faquista, perverso, criminoso por ferimentos ou assassino, **que não seja um capoeira**; é um modo de dizer, é uma locução que se tomou vulgar e que está na linguagem do povo, direi mesmo da polícia. Do mesmo



modo se diz que ele deu uma navalhada ou estava com uma navalha; embora se trate de um estoque, de um canivete de mola, de um punhal, de uma faca, ou de outro instrumento cortante (ANAIS, sessão e 5 set. 1887, p. 20).

É possível observar na ilustração do jornal, *A Lamparina*, a forma como os setores letrados enxergavam a figura do capoeira. Homens que executavam com destreza movimentos rápidos, e bem coordenados, (a capoeira enquanto dança), mas voltados para a defesa e o ataque, este último incrementado com a arma branca.

A preocupação das autoridades com a potencial desordem dos “capoeiras” ficou registrada por meio do Código Penal de 1890 que criminalizou a prática da capoeira. Para Dias (2001), esse processo de criminalização pode ser compreendido à luz da ideologia que caracterizava os praticantes da referida atividade como vagabundos e subversivos. Esse tipo de generalização era disseminada até mesmo nos ciclos intelectuais, tal é o exemplo de Caio Prado Jr:

Nas cidades, os vadios são mais perigosos e nocivos, pois não encontram, como no campo, a larga hospitalidade que lá se pratica, nem chefes sertanejos prontos a empregarem sua belicosidade. No Rio de Janeiro era perigoso transitar só e desarmado em lugares ermos, até em pleno dia. O primeiro intendente de polícia da cidade, nomeado quando a Corte se transferiu para ela, Paulo Fernandes, tomara enérgicas medidas contra tais elementos. Mas o mal se perpetuará, e só na República, ninguém o ignora, serão os famosos “**capoeiras**”, **sucessores dos vadios** da colônia, eliminados da capital. (PRADO JR, 1957, p. 282, grifo nosso.)

No texto de Caio Prado, notamos que a concepção que se tinha dos capoeiras imbricava os construtos: perigosos e nocivos, os quais seriam, em realidade, o vadio da colônia com outra roupagem. Denota-se nas entrelinhas a associação entre classes pobres e classes perigosas. Classes estas que deveriam ser afastadas do convívio da elite. A marginalização do capoeira configurou-se como uma das estratégias de criminalização da pobreza. No item seguinte, abordaremos a ideologia de culpabilização da vítima imersa no contexto das campanhas a favor do expurgo dos cortiços no Rio de Janeiro.

Cortiço: a morada do pobre



Para Chalhoub (1996), a superpopulação nos cortiços cariocas durante o período de 1870 a 1880 tornou-se periclitante principalmente devido às migrações dos portugueses que buscavam trabalho no comércio que se realizava na capital, assim como as migrações internas. Deste modo, grupos heterogêneos povoavam as habitações populares. “Migrantes portugueses e negros crioulos ou africanos; escravos vivendo ‘sobre si’, libertos e livres dividiam democraticamente, mesmo que nem sempre de forma pacífica, os cortiços.” (CHALHOUB, 1996, p. 88). A convivência desses grupos pertencentes às classes populares, que viviam em condições insalubres tornou-se a chaga aberta da urbanização na capital. A população pobre dos cortiços foi culpabilizada imediatamente pelo surto de febre amarela pelo qual a cidade foi acometida. Iniciou-se uma verdadeira cruzada do poder público contra as habitações populares, generalizadas como cortiço. Na obra de Azevedo (1995), temos descrições do cortiço Cabeça de gato⁷ que muito se aproximam dos relatos históricos de Chalhoub (1996):”À proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando, acanalhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava.” (AZEVEDO, 1995, p.219)

O verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legendária; aquela em que há uma samba e um rolo por noite; aquela em que matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante, de onde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 1995, p.219)

Os moradores do “Cabeça de gato” são comparados a vermes, por viverem em meio à imundície, longe da polícia, da moral cristão. A vertente naturalista, ao mesmo tempo em que denuncia as condições precárias em que essas pessoas sobrevivem, expressa o determinismo do meio sobre o homem. O comportamento reprovável dos moradores é explicado pelas condições materiais e sociais em estes vivem. Como ser polido onde não é disponibilizada instrução? Como ser asseado onde não há condições sanitárias satisfatórias, mulheres e homens convivendo em um espaço insuficiente, insalubre e inadequado? Por todas essas questões suscitadas pelo problema da

⁷ O nome pelo qual o cortiço foi chamando era o mesmo que denominava seus moradores.



precariedade das habitações populares, estas se tornaram pauta fixa nas questões de planejamento público.

Barata Ribeiro, então prefeito da capital federal, quando da defesa de sua tese de doutorado, cujo título era: *Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro?*, defendeu o extermínio dos cortiços cariocas.

Alimenta-os a lubricidade do vício, que se ostenta impudonorosa (sic), ferindo os olhos e os ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filhos das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, ao lado [...] do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite a atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes! (BARATA RIBEIRO apud CHALHOUB, 1996, p. 51)

Mais adiante, disserta acerca dos moradores dos cortiços:

No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar a alma, os tipos de todos os vícios e até [...] o representante do trabalho [...] Compreende-se desde logo o papel que representam na insalubridade da cidade estas habitações, quando nos lembramos que além de todas as funções orgânicas do seres que povoam, no cortiço lava-se, engoma-se, cozinha-se criam-se aves , etc. (BARATA RIBEIRO apud CHALHOUB, 1996, p. 51)

A ojeriza de Barata Ribeiro, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, condizia com o coro entoado pela imprensa e por seus colegas da área da saúde. Essa atmosfera foi captada por Aluizio Azevedo. Na trama que envolve as personagens das classes populares e da elite econômica e intelectual, fica patente a tensão entre os extremos, onde os dominantes decidem não mais tolerar os dominados. Em *O cortiço*, o personagem João Romão que passara grande parte da sua existência vivendo em condições precárias e parecia estar adaptado às mesmas, percebe-se enojado com o cenário que sempre lhe fora habitual. A aversão surgiu quando Romão passou a barganhar uma ascensão social e a aceitação da burguesia. Compor a nova classe significava comungar de seus valores e ideologias. No trecho abaixo, flagramos a



“epifania” de João Romão:

À noite, quando se esticou na cama, ao lado de Bertoleza, para dormir, não pôde conciliar o sono. Por toda a miséria daquele quarto sórdido; pelas paredes imundas, pelo chão enlameado de poeira e sebo, nos tetos funebrimente velados pelas teias de aranha, estrelavam pontos luminosos em grã-cruzes, em hábitos e veneras de toda a ordem e espécie. E em volta de seu espírito, pela primeira vez alucinado, um turbilhão de grandezas, que ele mal conhecia e mal podia imaginar[...] ondas de seda, veludo e pérolas[...] (AZEVEDO, 1995. p. 111)

O texto acima revela a dialética entre estigma social e distinção. Estando o personagem diante do estigma da pobreza, por um lado, e do desejo de “tornar-se alguém” na “boa sociedade”, por outro, vamos ao encontro da teoria de Goffman, segundo a qual: “A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada.” (GOFFMAN, 1959, p. 21) Goffman (1959) discorre a respeito de uma exigência moral que o ator social reivindica a partir do momento que sustenta pertencer a um determinado papel social, um lugar social. Outra necessidade de simulação que perpassa o cotidiano do pobre é a necessidade de transmitir uma imagem socialmente desejável. Em *O Cortiço*, João Romão deseja converter o capital econômico em capital simbólico. Tendo obtido uma considerável quantia em dinheiro, percebe que poderá comprar uma posição de prestígio entre os burgueses, diferenciando-se assim dos pobres que habitavam o cortiço.

Os pobres, moradores dos cortiços, eram estigmatizados, responsabilizados pelas doenças que aplacavam a cidade do Rio de Janeiro, tal como a febre amarela, como se o pobre escolhesse não ter condições adequadas de higiene. Nesse sentido, é interessante observar a fala de João Vicente Torres Homem⁸ ao se referir aos imigrantes portugueses residentes em cortiços:

[...] os portugueses da baixa classe, que aqui chegam aos milhares no último grau de miséria, morrem em grande quantidade [...] devido à falta absoluta de cuidados higiênicos. Alguns privam-se destes cuidados por que a isso os força o minguado salário que ganham; outros porém vivem

⁸ Homem de grande influência no cenário político, tendo sido agraciado com os títulos de Dignatário da Ordem da Rosa, e de Barão de Torres Homem, este, por carta-de-mercê de 14 de julho de 1887.



miseravelmente, sujeitam o organismo a verdadeiras torturas só por espírito de ganância. (TORRES HOMEM apud CHALHOUB, 1996, p. 90)

A opinião expressa por Torres Homem, citada por Chalhoub (1996), enquadra o imigrante português em dois perfis: é sujo porque não possui rendas para manter-se limpo e saudável, ou conserva a sujeira por avareza e apego ao lucro. O segundo caso se enquadra perfeitamente à descrição de João Romão. Contudo, percebe-se que Torres Homem produz uma generalização grosseira no que tange ao imigrante português, assim como havia uma desclassificação em relação ao capoeira e ao negro (nos concentraremos nesse aspecto no capítulo seguinte). Erving Goffman (1988) lembra que a palavra estigma era utilizada para referir-se a alguém que era marcado, identificado socialmente como ser indesejável por motivo de alguma falta moral cometida. Os pobres certamente são seres socialmente estigmatizados. Mas, qual seria a falta moral cometida por eles? Para a personagem João Romão, o pobre torna-se desprezível quando se conforma em se manter pobre. Esse seria o pior dos pecados, contentarem-se com uma vida “selvagem”, no sentido naturalista; sobreviver: respirar, comer, dormir sem pretensões de ascensão social. Por esse motivo, sempre se sentira superior aos demais, pois era um homem ornamentado por sua ambição. O Brasil, paraíso edênico, promessa de riqueza fácil, era, na realidade, um desafio e não uma profecia. A inculcação da ideologia do trabalho produziu, por sua vez, o estigma social do pobre como responsável por sua penúria.

Refletindo sobre a contemporaneidade, podemos observar que a ideologia da disciplina laboral produziu, por sua vez, uma culpabilização da pobreza, e posteriormente, uma criminalização da mesma. Um estigma que deixou vestígios fortes na sociedade brasileira é a associação imediata entre pobre morador de áreas inadequadamente urbanizadas, frequentemente desprovidas de um Estado Social atuante e a marginalidade dos moradores. No período em que a obra *O Cortiço* foi escrita e o período ao qual ele se refere coincidem; essas habitações eram os cortiços, atualmente temos as favelas. Obviamente não estamos afirmando que os cortiços e as favelas possuíam realidades homólogas, pecaríamos em primeiro lugar por anacronismo ao tentar “igualar” temporalidades historicamente tão distintas bem como suas idiossincrasias, como o tráfico de drogas e armas presentes no segundo e não registrado no primeiro.



A semelhança entre ambos se encontra principalmente por meio da inclusão perversa de seus moradores no chamado submundo: prostituição, violência e subempregos, bem como na ausência de uma estrutura urbana adequada, entre outros aspectos. Além dos problemas citados, sofrem com o preconceito dos que enxergam no pobre um marginal, e esse estigma se torna manifesto nas práticas policiais em relação aos moradores. Não se entra legalmente em um cortiço, se invade; sendo os maus tratos para com a população periférica recorrentes. Em *O Cortiço*, Aluísio descreve uma cena na qual ocorre um conflito entre moradores. O dono, João Romão, manda chamar a polícia, cuja presença causava pavor aos residentes dos cortiços.

Não entra a polícia! Não deixa entrar! Agüenta! Agüenta!

- Não entra! Não entra! Repetiu a multidão em coro.

E todo o cortiço ferveu que nem panela ao fogo.

[...] Não entra! Não entra!

E berros atroadores respondiam às pranchadas, que lá fora se repetiam ferozes.

A polícia era o grande terror daquela gente, por que, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estrupício: à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho. (AZEVEDO, 1995. p. 122-123).

O receio que os moradores tinham das autoridades policiais era justificado pela experiência sempre traumática em sua relação com os profissionais da área de segurança, uma vez que não havia respeito entre as partes. A polícia não adentrava nesses territórios para proteger a população pobre, mas para puni-la, mantendo-a sob constante suspeita. Trata-se de um exemplo clássico de criminalização da pobreza. O pobre aparece não como aquele que deve ser protegido, mas como aquele de quem se deve ser protegido.

Uma vez que a ação da polícia era percebida pelos moradores não como medidas de proteção, mas como punição e perseguição, perguntamos: como era feita a justiça entre os moradores? Através da justiça popular, que não ocorre por meio de dispositivos legais, mas de táticas que a subvertem em busca do atendimento imediato das necessidades dos populares. Como tática, adotamos o conceito de Michel de Certeau, o qual a define como “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por



lugar o outro.” (CERTEAU, 2011, p. 45). A tática só encontra sua “materialidade” na presença do outro, com quem se deseja produzir uma ação baseada geralmente no imprevisto para subverter engenhosamente uma situação.

Um dos momentos em que isso ocorreu em *O Cortiço* foi quando da gravidez de Florinda, filha de Marciana. Esta engravidou de um funcionário da venda de João Romão, conhecido como Domingos, o qual não desejava assumir matrimônio com Florinda. Revoltada com o ocorrido, Marciana, amparada de outras mulheres do cortiço, foram cobrar a “reparação” do capital simbólico da honra de sua filha.

[...] Marciana sem largar a filha, invadira a casa de João Romão e perseguia Domingos que preparava já sua trouxa.

– Então? Perguntou- lhe. Que tenciona fazer? Ele não deu resposta.

– Vamos, vamos, fale! Desembuche!

– Ora lixe-se! Resmungou o caixeiro; agora muito vermelho de cólera.

– Lixe-se, não!... Mais devagar com o andor! Você há de casar: ela é menor! Domingos soltou uma palavrada, que enfureceu a velha.

– Ah, sim? Bradou esta. Pois veremos! (AZEVEDO, 1995, p. 99)

A negativa do pai da criança de Florinda em relação ao casamento acirrou os ânimos já inflamados pelo simples fato do defloramento da adolescente; o pouco caso proveniente de Domingos feriu os brios das mulheres que se identificaram com a figura materna de Marciana. Castigar o deflorador configurava-se no ato dar o exemplo, passar a mensagem de que sua honra seria defendida por bem ou por mal.

– Mas onde está esse ordinário?

– Saia o canalha!

– Não deixa sair!

[...] Pois então o homem que case! Responderam.

– Ou nos dê cá o patife! Fugir é que não! Não fogue! Não deixa fugir!

– Ninguém se arrede! (AZEVEDO, 1995, p. 100)

A ameaça era de linchamento, mas apenas não foi levada a cabo porque o patrão de Domingos, João Romão, comprometeu-se a pagar o sustento da criança. Promessa nunca cumprida, o que conduziu a jovem Florinda à prostituição e a uma miséria mais cruel do que a pobreza em que outrora vivera, pois não havia mais o amparo da família,



ou dos amigos, os quais a desprezavam, pois além de pobre era agora também mãe solteira.

Marciana, nunca se recuperara da perda da filha que partiu de casa e “entrou na vida”; ficara em um estado de apatia, um tanto catatônica. Não lhes respondia o que lhes perguntavam, parecia alheia à realidade. Insensível ao estado de espírito da inquilina, João Romão ordena que ela desocupe o cômodo que então a estava alugando, posto que sua depressão a desabilitou para o trabalho.

João Romão falou-lhe; ela nem sequer se voltou para ouvir. E o vendeiro, cada vez mais excitado, foi buscar dois homens e ordenou que esvaziassem o número 12.

– Os tarecos fora! Aqui mando eu! Aqui sou o monarca!

E tinha gestos inflexíveis de déspota.

Principiou o despejo.

– Não! Aqui dentro não! Tudo lá fora! Na rua! Gritou ele, quando os carregadores quiseram depor no pátio os trêns de Marciana. Lá fora do portão! Lá fora do portão!

E a mísera, sem opor uma palavra, assistia ao despejo, acorçada na rua, com os joelhos juntos, as mãos cruzadas sobre as canelas, resmungando. (AZEVEDO, 1995, p. 115)

João Romão ingressara sem recursos financeiros em nosso país. Porém, à custa não somente do trabalho penoso e da árdua economia que exercia em seu cotidiano, como também graças às suas artimanhas de explorar o trabalho alheio por muito pouco, trapacear nas pesagens de sua venda, roubar na calada da noite materiais de construção com os quais construiu o cortiço, conseguiu sair da pobreza. À medida que se afastava desse status econômico, menos tolerava os pobres. Em sua perspectiva, estes assim o eram por que não haviam se esforçado o suficiente ou não eram tão espertos para sair dessa condição. João Romão estava impregnado com a ideologia da culpabilização da vítima: era pobre quem merecia sê-lo. Sobretudo, quem não havia incorporado o espírito capitalista: o de trabalhar e produzir muito e poupar mais ainda. Os sujeitos inaptos a uma disciplina lhe causavam horror. Por esse motivo, a presença do vagabundo ou improdutivo, como o velho e a criança, era-lhe insuportável. Vejamos nos exemplos a seguir:

- Com Marciana, ex- moradora do cortiço, miserável:

Nesse dia serviu mal e porcamente aos fregueses; tratou aos repelões a Bertoleza e, quando, já as cinco horas, deu com



Marciana, que, uns negros por compaixão haviam arrastado para dentro da venda e disparatou:

— Ora bolas! Para que diabos me metem em casa este estupor?! Gosto de ver tais caridades com o que é dos outros! Isto aqui não é coito de vagabundos! (AZEVEDO, 1995, p. 118)

- Em relação a Libório, velho e pedinte:

Sai tu do caminho, fona de uma figa! Não sei que diabo fica fazendo cá no mundo um caco velho como este, que já não presta para nada! (AZEVEDO, 1995, p. 115)

Em *O Cortiço*, a população pobre é sempre alvo de vigilâncias e coerções permanentes, sendo, ao mesmo tempo, disciplinada, impelida a incorporar um *ethos* do trabalho. Personagens como Rita Baiana e, posteriormente, seu amante Jerônimo, tentam subverter essa lógica não se submetendo ao trabalho contínuo e à disciplina. Sevcenko (1999) expõe também as tentativas de enquadrar a pobreza ao projeto de modernização, revelando que sua tarefa foi produzir o progresso sem dele usufruir plenamente.

Considerações finais

O *Cortiço* foi o primeiro romance brasileiro a dar protagonismo a tantos personagens marginalizados pela sociedade brasileira: mendigos, trabalhadores informais, “capoeiras”⁹, prostitutas, imigrantes etc. A referida obra é um convite a atmosfera fervilhante de 1890. Quando nos deparamos com fontes produzidas oficialmente no período, os pobres surgem retratados pelas autoridades públicas tão-somente como um problema, que não possuem nome, sentimentos trajetórias que lhe relegaram a vida que possuem. É essa lacuna que a obra de Aluísio preenche. Durante o artigo, o leitor deve ter observado que comparações entre “cenas” do livro e acontecimentos históricos “reais” foram feitas à larga. Contudo, a ficção de Azevedo humaniza a pobreza. Conduz-nos ao lugar social do pobre, suas desventuras e batalhas cotidianas as quais compõem essas artes de fazer que se definem nas práticas em que não se vive como se deve, mas como se pode.

⁹ Aqui a palavra surge com a dupla conotação, a de jogador de capoeira e a de marginal.



Abstract: The overall goal of this work is to produce a possible reading on the representation of the poor through the novel *O Cortiço* of Aluisio Azevedo. Wonders: How the poor arises from the perspective Aluisiana? Symbolic constructs that it defines and strengthens? The first chapter briefly presents the membership intellectual Aluisio Azevedo: naturalism, as well as describes the field studies. We draw a parallel between fiction and reality, through the analysis of the tenement, and compared to the historical context in which the work refers. As points of theoretical and material support for the comparative analysis of the speech prepared by the literature and discourse produced by historiographical approach, we use the reading of Marx on the compulsory inclusion of the poor in the capitalist system through discipline, and the approach of Nicholas Sevcenko on living of the poor and slum process started with the outbreak of slums in Rio.

Keywords: Poverty; *O Cortiço*; Discipline

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNONI, Antônio Prado. *Lima Barreto: Literatura Comentada*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Cultural, 1988

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 36. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 2ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1967.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 17 ed. Petrópolis: vozes, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DIAS, Luiz Sergio. *Quem tem medo da capoeira?(1890-1904)* Rio de Janeiro: Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

MARX, KARL. *A Origem do Capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Global



Editora, 1977.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. Os pobres. In: _____. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2004.

SOUZA, Laura de Melo. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

ZOLA, Émile. *Do Romance: Stendhal, Flaubert e os Goucourt*. São Paulo: Ed. EDUSP, 1995.

Recebido em 19/07/2012
Aprovado em 20/11/2012